



Estratégia

CONCURSOS

Aula 06

Direito Constitucional p/ ABIN - Oficial de Inteligência (com videoaulas)

Professores: Ricardo Vale, Nádia Carolina

AULA 06: Sistemas de Controle Interno e Externo

SUMÁRIO	PÁGINA
1- Sistemas de controle interno e externo	1 - 18
2- Lista de Questões e Gabarito	19 - 22

Os Controles Interno e Externo**1- Introdução:**

Os dinheiros públicos sofrem duas formas de controle: **i) o controle interno**, realizado no âmbito de cada Poder e; **ii) o controle externo**, de competência do Poder Legislativo. Veja o que dispõe a Constituição sobre o controle interno:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

O controle interno é **realizado dentro de cada Poder**. No Poder Executivo, o controle interno é realizado pela Controladoria-Geral da União (CGU); no Judiciário, é realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); no Ministério Público, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Determina a Carta Magna que os **responsáveis pelo controle interno**, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, **deverão cientificar o Tribunal de Contas da União** (TCU), sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, CF/88).

O controle externo é exercido por **órgão que não integra a estrutura** daquele que será fiscalizado. Trata-se do controle exercido pelo Poder Legislativo sobre os demais Poderes, como veremos mais detalhadamente a seguir.

Os **controles interno e externo são realizados de forma complementar**. Por exemplo, a fiscalização pela CGU da aplicação de recursos públicos federais em uma rodovia não impossibilita que o TCU proceda a essa mesma fiscalização. Nesse sentido, entende o STF que a Controladoria-Geral da União (CGU) tem atribuição para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais repassados, nos termos de convênios, aos Municípios. Não seria essa, portanto, uma atribuição exclusiva do TCU¹.

É importante destacar que **pode haver participação popular no controle externo**. Segundo a Constituição, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União (art. 74, § 2º, CF).

2- A Fiscalização Contábil, Orçamentária, Patrimonial e Operacional:

A fiscalização contábil, orçamentária, patrimonial e operacional da União e das entidades da Administração Direta e Indireta tem como **responsável o Congresso Nacional**, com o **auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU)**. Nos Estados, são as Assembleias Legislativas as responsáveis pela fiscalização, auxiliadas pelos Tribunais de Contas dos Estados.

Veja importante entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre esse assunto:



tome nota!

De acordo com o STF, o poder de fiscalização da ação administrativa do Poder Executivo é outorgado aos órgãos coletivos de cada Câmara do Congresso Nacional, no plano federal, e da Assembleia Legislativa, no dos Estados; nunca, aos seus membros individualmente, salvo, é claro, quando atuem em representação de sua Casa ou comissão (ADI 3.046, DJ de 28.05.2004)

A fiscalização realizada pelo Legislativo tem como objeto a **legalidade**, a **legitimidade**, a **economicidade**, a **aplicação das subvenções** e a **renúncia de receitas** (art. 70, "caput", CF/88) e como fundamentos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, dentre outros. Portanto, são quatro as facetas dessa fiscalização:

- a) Fiscalização da legalidade:** compreende a análise da obediência do administrador à lei. Verifica-se a validade dos atos administrativos em face do ordenamento jurídico;


¹ RMS 25943/DF, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 24.11.2010.

- b) Fiscalização financeira:** refere-se à aplicação das subvenções, à renúncia de receitas, às despesas e às questões contábeis;
- c) Fiscalização da legitimidade:** representa a análise da aceitação, pela população, da gestão da coisa pública;
- d) Fiscalização da economicidade:** compreende a análise de custo/benefício das ações do Poder Público. No que se refere à fiscalização da economicidade, entende a doutrina que os controles externo e interno poderão, além da legalidade, avaliar também o mérito da despesa, ou seja, a própria discricionariedade do administrador. Poderão, portanto, avaliar o **mérito de atos administrativos**.

3- Os Tribunais de Contas:

Os Tribunais de Contas são **órgãos vinculados ao Poder Legislativo, sem subordinação hierárquica** a qualquer órgão deste Poder. Sua autonomia é garantida constitucionalmente. Destaque-se que, embora estejam vinculados ao Poder Legislativo, **não exercem função legislativa**, mas de fiscalização e controle, de natureza administrativa.

A missão desses órgãos é **ORIENTAR** o Poder Legislativo no exercício do controle externo. Para isso, a CF/88 lhes confere autonomia. Esses órgãos podem, inclusive, realizar o controle de constitucionalidade das leis. Veja o que entende o STF a respeito desse assunto:

	Súmula 347 do STF: O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.
---	--

Esse controle de constitucionalidade não se dá em abstrato (lei em tese), mas sim no caso concreto (via de exceção). Por meio dele, pode a Corte de Contas deixar de aplicar um ato por considerá-lo incompatível com a Constituição.

3.1- O Tribunal de Contas da União:

O Tribunal de Contas da União (TCU) é **composto de 9 (nove) Ministros**. Tem sede no Distrito Federal e **jurisdição em todo o território nacional**. Seus Ministros dispõem das mesmas prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos **Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**. Para sua investidura, é necessário o cumprimento dos requisitos enumerados no art. 73, §1º, da CF:

- a)** Mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

- b)** Idoneidade moral e reputação ilibada;
- c)** Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;
- d)** Mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados acima.

A **escolha de um terço (três) desses Ministros** cabe ao **Presidente da República**, com posterior aprovação dos nomes pelo Senado Federal. Dois desses Ministros deverão ser escolhidos alternadamente entre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo TCU, segundo critérios de antiguidade e merecimento. Os outros **dois terços são escolhidos pelo Congresso Nacional**, na forma de seu regimento interno.

Os Ministros do TCU têm as mesmas prerrogativas, garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de acordo com o art. 73, § 3º, da CF. Logo, têm como garantias a **vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de seus subsídios**. Também se lhes aplicam as regras do art. 4º da CF/88 referentes a aposentadoria e pensão.

Destaca-se, ainda, que o **auditor, quando em substituição a Ministro**, terá as **mesmas garantias e impedimentos do titular** e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal (art. 73, § 4º, da CF/88). Como o auditor é substituto do Ministro, a ele se aplica a **exigência de idade mínima de 35 anos**. Nesse sentido, entende o STF (ADI 373/PI, DJ de 6.5.1994) que é razoável a exigência desse limite de idade para ingresso no cargo de Auditor de Tribunal de Contas estadual, uma vez que as normas estabelecidas para o TCU na CF/88 se aplicam, de regra, aos Tribunais de Contas dos Estados.

O art. 70 da Constituição, como vimos anteriormente, determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será **exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo**, e pelo **sistema de controle interno de cada Poder**.

Determina também, em seu parágrafo único, que **prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica**, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Desse modo, o controle das contas públicas é de competência do Congresso Nacional, que o exercerá com auxílio do TCU (art. 71, "caput", CF). Vamos ler esse artigo?

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

No que se refere às **contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos**, a competência do TCU é para **julgá-las**. Já no que concerne às **contas do Presidente da República**, cabe à Corte apenas **apreciá-las**, mediante parecer prévio, elaborado no prazo de sessenta dias, de caráter meramente opinativo. O julgamento, então, será realizado pelo Congresso Nacional.

Outro ponto de destaque é que entende o STF (MS 25.092, DJ de 17.3.2006) que as **empresas públicas e as sociedades de economia mista**, integrantes da Administração Indireta, **estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas**, não obstante os seus servidores estarem sujeitos ao regime celetista. No mesmo sentido, entende a Corte (MS 21.644, DJ 8.11.1996) que entidades de direito privado sujeitam-se à fiscalização do Estado quando dele recebem recursos, devendo seus dirigentes prestar contas dos valores recebidos. Além disso, também os conselhos profissionais (Conselhos Federais e Conselhos Regionais de classe profissional), por terem natureza autárquica, devem prestar contas ao TCU (MS 21.797, DJ 18.5.2001). Continuemos a análise do artigo...

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, **excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão**, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

Os atos de admissão de pessoal na Administração Pública, direta e indireta, serão apreciados, quanto à legalidade, pelo Tribunal de Contas da União. Isso **não se aplica**, todavia, **às nomeações para cargo de provimento em comissão**. O **provimento de cargos em comissão não é apreciado pelo TCU**.

Os atos de **concessão de aposentadorias, reformas e pensões** também são apreciados pelo TCU. Entretanto, as melhorias posteriores que não alterem


o fundamento legal do ato concessório não são apreciadas pela Corte de Contas.

Na apreciação dos atos iniciais de concessão de aposentadoria, reforma e pensões, a **análise do TCU se restringe aos aspectos de legalidade do ato**, não podendo a Corte de Contas fazer análise de mérito (conveniência e oportunidade). Além disso, a atuação do TCU se restringe ao registro do ato, não cabendo à Corte anulá-lo ou convalidá-lo. Havendo vícios no ato, a Corte poderá apenas indeferir o pedido de registro, comunicando o fato ao órgão/entidade para as providências cabíveis. Caberá a estes anular ou convalidar o ato.

Destaca-se que o registro de aposentadorias **não se aplica aos benefícios obtidos por meio do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)**, mas apenas aos obtidos por meio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), dos servidores estatutários. Assim, os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista têm apenas seus atos de admissão apreciados pelo TCU, sendo as aposentadorias e pensões apreciadas no âmbito do RPPS.

Sobre a **concessão de aposentadoria**, destaca-se, ainda, que segundo o STF configura **ato administrativo complexo**, aperfeiçoando-se somente com o registro perante o Tribunal de Contas.

Nos processos perante o TCU, **deve ser assegurado o contraditório e a ampla defesa** sempre que da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado. **Não se assegura o contraditório e ampla defesa** apenas na apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. É esse o entendimento consignado na Súmula Vinculante nº 03:

	<p>Súmula Vinculante n. 03</p> <p><i>"Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, <u>excetuada</u> a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão".</i></p>
---	---

Segundo o STF, mesmo não se assegurando a ampla defesa e o contraditório quando da apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão (Súmula Vinculante nº 3), **decorridos cinco anos sem a apreciação conclusiva do TCU** seria **obrigatória a convocação do interessado**.² Nesse caso, devido ao longo decurso de tempo

² STF, MS 25116. Rel. Min. Ayres Britto. 08.09.2010.

até a negativa do registro, haveria direito líquido e certo do interessado de exercitar as garantias do contraditório e da ampla defesa.

Por último, um importante entendimento do STF se refere à **impossibilidade** de o Tribunal de Contas **suprimir vantagem pecuniária incluída nos proventos de servidor por decisão judicial transitada em julgado** (MS 25.460, DJ de 10.2.2006). Esse tipo de decisão, segundo a Corte, só pode ser modificada por meio de ação rescisória.

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

Com base no art. 71, inciso V, o STF entendeu que o **TCU não tem competência** para fiscalizar a **aplicação dos recursos recebidos a títulos de "royalties"**, decorrentes da extração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural, pelos Estados e Municípios. Trata-se de competência dos Tribunais de Contas Estaduais, e não do TCU, tendo em vista que o art. 20, § 1º, da Constituição, qualificou os **"royalties" como receita própria dos Estados, Distrito Federal e Municípios**³. O TCU fiscaliza os recursos repassados pela União aos entes federativos mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

³ MS 24.312-RJ, Rel. Min. Ellen Gracie, 19.02.2003.

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º - Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

Os **atos administrativos** podem ser **sustados diretamente pelo TCU**, sendo comunicada a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Já no que se refere aos **contratos administrativos**, a **sustação caberá ao Congresso Nacional**, que solicitará ao Executivo a anulação desses atos. Caso essas medidas **não sejam adotadas no prazo de noventa dias**, o **TCU adquirirá competência para decidir a respeito**, podendo determinar a sustação do ato.

Entende o STF que o **TCU tem legitimidade para expedir medidas cautelares** para prevenir a ocorrência de lesão ao erário ou a direito alheio, bem como para garantir a efetividade de suas decisões. Isso decorre da **teoria de poderes implícitos**, segundo a qual a toda competência prevista constitucionalmente há previsão, ainda que implicitamente, das prerrogativas necessárias para lhe dar efetividade (MS 26.547/DF, 23.05.2007).

Entretanto, **não tem a Corte de Contas**, segundo o STF, **poder para decretar quebra de sigilo bancário** (Notícias STF, 17.12.2007). Isso porque o TCU é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, mas não se confunde com este. Cabe ao Legislativo, não ao TCU, determinar a invasão dos dados bancários.

Também **não tem o TCU função jurisdicional** (de "dizer o direito"). Entende o Pretório Excelso que o TCU não é um tribunal administrativo, no sentido francês, dotado de poder de solução dos conflitos em última instância. O princípio da inafastabilidade da jurisdição impede que haja essa equiparação, além do que os poderes desse órgão estão devidamente delimitados constitucionalmente no artigo 71.⁴

§ 3º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

⁴ MS 29599 DF, DJe-030, p. 15/02/2011.

O TCU também se submete ao **controle do Poder Legislativo**. Nesse sentido, entende o STF que “*surge harmônico com a Constituição Federal diploma revelador do controle pelo Legislativo das contas dos órgãos que o auxiliam, ou seja, dos tribunais de contas*”⁵. A análise do Legislativo, entretanto, **restringe-se às chamadas contas políticas** (controle de efetividade). As contas administrativas (contratações, nomeações, etc.) são julgadas pelo próprio TCU, tendo em vista sua autonomia.

3.2- O TCU e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO):

A CF/88 criou um mecanismo especial de **fiscalização dos indícios de despesas não autorizadas**, como forma de **assegurar a obediência à lei orçamentária**. Trata-se de fiscalização realizada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) com o auxílio do TCU.

Determina a Constituição, em seu artigo 72, que a CMO, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, **poderá solicitar à autoridade governamental responsável** que, no prazo de cinco dias, **preste os esclarecimentos necessários**. Não prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes, a Comissão solicitará ao TCU pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias. Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional sua sustação.


3.3- Os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios:

Reza o art. 75 da Constituição Federal que as normas estabelecidas para o TCU **aplicam-se, no que couber**, à organização, composição e fiscalização dos **Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal**, bem como dos **Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios**. Trata-se de uma aplicação do princípio da simetria.

Entretanto, a Constituição estabelece, também, algumas particularidades para essas Cortes de Contas. Segundo a Carta Magna, os Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal são compostos de **sete conselheiros** (art. 75, parágrafo único, CF). Em decorrência do princípio da simetria, sua nomeação segue os mesmos critérios estabelecidos pela CF/88 (art. 73, § 1º). Nesse

⁵ ADI 1.175, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ de 19.12.2006.

sentido, sobre a proporção das vagas a serem preenchidas pela escolha do Executivo e do Legislativo (1/3 e 2/3, respectivamente, no modelo federal), entende o STF que:

	Súmula 653 do STF: <i>"No Tribunal de Contas Estadual, composto por sete conselheiros, quatro devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa e três pelo Chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público, e um terceiro à sua livre escolha."</i>
---	--

Note-se ainda que os vencimentos dos Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados deverão ter como parâmetro aqueles dos **desembargadores do Tribunal de Justiça** (ADI 396, DJ de 5.8.2005).

"E a quem o Tribunal de Contas Estadual prestará contas, professora?"

Excelente pergunta! À **Assembleia Legislativa do Estado**. Entende o STF (ADI 687, DJ 10.02.2006) que o Tribunal de Contas está obrigado, por expressa determinação constitucional, a encaminhar, ao Poder Legislativo a que se acha institucionalmente vinculado, tanto relatórios trimestrais quanto anuais de suas próprias atividades, com o objetivo de expor a situação das finanças públicas administradas por esses órgãos.

Passaremos, agora, à análise da **fiscalização do Município**. Veja o que determina o art. 31 da Constituição acerca da fiscalização dos Municípios:

Art. 31. *A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.*

§ 1º - *O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.*

Verifica-se, portanto, que a fiscalização do Município **será feita pelo Legislativo Municipal** (controle externo) e pelo **Executivo Municipal** (controle interno), na forma da lei. No controle externo, a Câmara Municipal contará com o auxílio dos **Tribunais de Contas do Estado ou do Município** ou dos **Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios**, onde houver. Note, entretanto, a vedação feita pela Constituição em outro parágrafo do mesmo artigo:

§ 4º - *É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.*

Destaca-se a posição do STF de que poderá ser instituído no Município um Tribunal de Contas que, embora atue em um Município específico, será um **órgão estadual**. Esse órgão será denominado **Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios** (ADI 687, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 10.02.2006).

É essencial salientar também que os Tribunais que existiam quando da promulgação da Constituição Federal continuam válidos e permanecem em funcionamento. É o caso, por exemplo, do Tribunal de Contas de São Paulo (TCM/SP), criado em 1968.

Outro ponto importante é o que estabelece a Constituição a respeito do parecer prévio emitido pela Câmara dos Vereadores.

Art. 31, § 2º - O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Esse parecer é bastante diferente daquele emitido pelo Tribunal de Contas da União e pelo Tribunal de Contas do Estado quando da análise das contas do Presidente da República e do Governador de Estado, respectivamente. Ao contrário do que ocorre na análise das contas do Presidente, aqui há **presunção da validade do parecer**. A regra é a prevalência do parecer, que **só poderá ser derrubado por decisão de 2/3 dos membros** da Câmara Municipal.



1. (CESPE/TCDF – 2014) Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, os responsáveis pelo controle interno dos três poderes da União devem comunicá-la ao TCU, sob pena de responsabilização solidária com o infrator.

Comentários:

O art. 74, § 1º, da Constituição Federal, prevê que “os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de **responsabilidade solidária**”. Questão correta.

2. (CESPE/TCDF – 2014) Caso constate ilegalidade na execução de contrato administrativo, o tribunal de contas deverá assinar prazo para a adoção das providências necessárias ao cumprimento da lei, podendo sustar, se não atendido, a execução do referido contrato.

Comentários:

Nesse caso, o ato de sustação caberá ao **Congresso Nacional**, que solicitará, de imediato, ao Executivo, as medidas cabíveis (art. 71, § 1º, CF). Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar essas medidas, o Tribunal decidirá a respeito (art. 71, § 2º, CF). Questão incorreta.

3. (CESPE/TCDF – 2014) As competências constitucionais dos tribunais de contas incluem a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, para fins de registro, e as nomeações para cargos de provimento em comissão.

Comentários:

O art. 71, inciso III, da Constituição, prevê que compete ao TCU “apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Executivo, **excetuadas as nomeações para cargo de provimento e em comissão**”. Questão incorreta.

4. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) O controle interno deve, entre outras finalidades, comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, não apenas da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, mas também da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Comentários:

Segundo o art. 74, II, da CF/88, uma das finalidades do controle interno é “*comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado*”. Questão correta.

5. (CESPE / FNDE - 2012) Não constitui invasão da esfera de atribuições do Tribunal de Contas da União a fiscalização, pela Controladoria-Geral da União, no exercício de controle interno, de recursos públicos federais repassados a municípios por meio de convênio.

Comentários:

Compete ao TCU “*fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município*” (art. 71, VI). No entanto, tendo em vista que os **controles interno e externo devem atuar em colaboração**, o STF considera que a CGU também poderá fiscalizar os recursos públicos

federais repassados a municípios por meio de convênio. Não haverá, nesse caso, invasão de competência do TCU. Questão correta.

6. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato pode ser parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades perante o Tribunal de Contas da União.

Comentários:

Trata-se da literalidade do art. 74, § 2º, da Constituição. Questão correta.

7. (CESPE / Ministério da Saúde - 2013) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas apresentadas anualmente pelo chefe do Poder Executivo federal.

Comentários:

Compete ao TCU apenas ***apreciar as contas do Presidente da República***, mediante parecer prévio, elaborado no prazo de sessenta dias, de caráter meramente opinativo. O julgamento será realizado posteriormente pelo Congresso Nacional. Questão incorreta.

8. (CESPE / ANS - 2013) Se for comprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que a ANS regulou a jornada de trabalho de seus servidores em discrepância com a lei, esse tribunal poderá determinar que a agência tome as providências necessárias para regularizar essa situação.

Comentários:

Versa o art. 71, IX, da Constituição que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade. Trata-se de controle administrativo realizado pelo TCU, o que não exclui a possibilidade de que haja controle judicial sobre a mesma matéria. Questão correta.

9. (CESPE / Serpro - 2010) Na hipótese de irregularidade observada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em contrato administrativo, o ato de sustação deve ser adotado diretamente pelo Congresso Nacional, o qual solicita ao Poder Executivo as medidas cabíveis. Se tais medidas não forem efetivadas no prazo de noventa dias, caberá ao TCU decidir a questão.

Comentários:

É isso mesmo! Segundo o art. 71, § 1º, da Constituição, no caso de **contrato administrativo**, o ato de sustação será adotado diretamente pelo **Congresso Nacional**, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis. Complementa o § 2º do mesmo artigo que, se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas anteriormente, o Tribunal decidirá a respeito. Questão correta.

10. (CESPE / TCDF - 2013) As decisões dos TCs não são imunes à revisão judicial, mas, quando imputarem débito ou multa, constituirão título executivo extrajudicial.

Comentários:

De fato, considerando-se o princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CF), as decisões dos Tribunais de Contas poderão, sim, ser **revisadas** pelo Poder Judiciário. Além disso, determina o art. 71, § 3º, da Constituição que as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo. Como se trata de atos administrativos (e não jurisdicionais), esses títulos são, sim, **extrajudiciais**. Questão correta.

11. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) As empresas públicas federais não estão sujeitas à fiscalização do TCU, pois são pessoas jurídicas de direito privado.

Comentários:

O STF entende que as empresas públicas e sociedades de economia mista se sujeitam à fiscalização do TCU⁶. Questão incorreta.

12. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) O TCU, se não for atendido em suas solicitações, poderá sustar a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

Comentários:

É o que determina o art. 71, X, da Constituição Federal. Questão correta.

13. (CESPE / TCU - 2008) É inconstitucional lei estadual que estabeleça como atribuição do respectivo tribunal de contas o exame prévio de validade de contratos firmados com o Poder Público.

Comentários:

O art. 75 da Constituição Federal determina que as normas estabelecidas para o TCU aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais

⁶ STF, Pleno, MS 26.117/DF, Relator Ministro Eros Grau, DJe de 05.11.2009.

e Conselhos de Contas dos Municípios. Considerando que o **exame prévio de validade de contratos** firmados com o Poder Público **não é função que tenha sido atribuída ao TCU** pela Constituição, não pode lei estadual estabelecê-la como atribuição do respectivo tribunal de contas. Questão correta.

14. (CESPE / TCU - 2008) Compete aos tribunais de contas dos estados o controle de economicidade para verificar se cada órgão procedeu, na aplicação da despesa pública, de modo mais econômico.

Comentários:

Versa a Constituição que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à **legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas**, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Além disso, segundo a Carta, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Atribui-se, portanto, ao TCU, competência para realizar o controle de economicidade. Questão correta.

15. (CESPE / TCU - 2008) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos da União realizada pelo sistema de controle externo ou interno pode questionar aspectos que envolvam a própria discricionariedade do administrador.

Comentários:

Segundo a doutrina, o controle externo e o interno **podem analisar**, além da legalidade, **o mérito do ato administrativo**, quando da análise da economicidade. Questão correta.

16. (CESPE / TCU - 2008) A independência conferida ao TCU faz com que as suas decisões, emanadas no exercício de sua atividade-fim, não se submetam a qualquer controle posterior.

Comentários:

As decisões do TCU, por ser este um órgão administrativo, submetem-se ao controle do Poder Judiciário. Isso porque nossa Constituição adotou o princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV). Questão incorreta.

17. (CESPE / TCU - 2008) Conforme o STF, o TCU, no exercício de suas atribuições, pode apreciar, de forma incidental, a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.

Comentários:

De fato, é esse o entendimento do STF, consubstanciado na Súmula 347, segundo a qual “o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e atos do poder público”. Questão correta.

18. (CESPE / TCU - 2008) Para o STF, a independência conferida ao TCU não exclui a competência de fiscalização de suas contas pelo Poder Legislativo.

Comentários:

De fato, entende o STF que o Poder Legislativo é competente para controlar as contas dos tribunais de contas, órgãos que lhe são auxiliares. Questão correta.

19. (CESPE / TCU - 2008) Um deputado estadual de Sergipe, insatisfeito com os recursos que o estado vinha recebendo da União, resolveu apresentar um projeto de lei estadual criando um novo imposto, incidente sobre a exploração da atividade de lavra de petróleo nesse estado por empresas privadas e estatais. Na situação em apreço, compete ao TCU fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos a título de royalties pelo estado de Sergipe, já que esses recursos são repassados pela União aos estados.

Comentários:

Segundo o STF, o TCU não tem competência para fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos a títulos de “royalties”, decorrentes da extração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural, pelos Estados e Municípios. Trata-se de competência do Tribunal de Contas Estadual, e não do TCU, tendo em vista que o art. 20, § 1º, da Constituição, qualificou os “royalties” como receita própria dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Questão incorreta.

20. (CESPE / TCU - 1998) Compete ao Tribunal de Contas da União (TCU), diretamente, determinar a sustação de contrato administrativo celebrado pelo Poder Executivo, comunicando o ato de sustação ao Congresso Nacional.

Comentários:

Os atos administrativos podem ser sustados diretamente pelo TCU, sendo comunicada a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Já no que se refere aos **contratos administrativos**, a **sustação caberá ao Congresso Nacional**, que solicitará ao Executivo a anulação desses atos. Caso essas medidas não sejam adotadas no prazo de noventa dias, o TCU adquirirá competência para decidir a respeito. Questão incorreta.

21. (CESPE / INSS - 2008) O TCU tem competência para anular e suspender contratos administrativos, assim como para determinar à

autoridade administrativa que promova a anulação desses contratos e, se for o caso, da licitação que os originou.

Comentários:

Nesse caso, a sustação caberá ao Congresso Nacional, que solicitará ao Executivo a anulação desses atos. Caso essas medidas não sejam adotadas no prazo de noventa dias, aí sim o TCU adquirirá competência para sustá-los. Questão incorreta.

22. (CESPE / TCU - 1998) Compete ao Congresso Nacional fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital a União participe de forma direta ou indireta.

Comentários:

Trata-se de competência do TCU (art. 71, V, CF). Questão incorreta.

23. (CESPE / INSS - 2008) Compete ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de nomeação de cargos comissionados nas autarquias federais.

Comentários:

As nomeações para cargos em comissão não se submetem ao controle de legalidade do TCU, com base na ressalva feita pelo inciso III do art. 71 da Constituição. Questão incorreta.

24. (CESPE / TRE-ES - 2011) De acordo com o disposto na CF, compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as nomeações para cargos de provimento em comissão.

Comentários:

As nomeações para cargos em comissão não se submetem ao controle de legalidade do TCU, com base na ressalva feita pelo inciso III do art. 71 da Constituição. Isso porque se trata de forma de provimento temporária. Questão incorreta.

25. (CESPE / INSS - 2008) A demora superior a cinco anos para que o TCU aprecie a legalidade da concessão de aposentadoria implica a necessidade de convocação dos interessados, com a abertura do contraditório e da ampla defesa.

Comentários:

Entende o STF que, mesmo não se assegurando a ampla defesa e o contraditório quando da apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão (Súmula Vinculante nº 3), decorridos cinco anos sem a apreciação conclusiva do TCU, seria obrigatória a convocação do interessado. Nesse caso, devido ao longo decurso de tempo até a negativa do registro, haveria direito líquido e certo do interessado de exercer as garantias do contraditório e da ampla defesa. Questão correta.

26. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) O Tribunal de Contas da União (TCU) poderá realizar – por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito – inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Comentários:

É o que determina o art. 71, IV, da Constituição. Compete ao TCU *"realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II"*. Questão correta.

LISTA DE QUESTÕES

- 1. (CESPE/TCDF – 2014) Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, os responsáveis pelo controle interno dos três poderes da União devem comunicá-la ao TCU, sob pena de responsabilização solidária com o infrator.**
- 2. (CESPE/TCDF – 2014) Caso constate ilegalidade na execução de contrato administrativo, o tribunal de contas deverá assinar prazo para a adoção das providências necessárias ao cumprimento da lei, podendo sustar, se não atendido, a execução do referido contrato.**
- 3. (CESPE/TCDF – 2014) As competências constitucionais dos tribunais de contas incluem a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, para fins de registro, e as nomeações para cargos de provimento em comissão.**
- 4. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) O controle interno deve, entre outras finalidades, comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, não apenas da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, mas também da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.**
- 5. (CESPE / FNDE - 2012) Não constitui invasão da esfera de atribuições do Tribunal de Contas da União a fiscalização, pela Controladoria-Geral da União, no exercício de controle interno, de recursos públicos federais repassados a municípios por meio de convênio.**
- 6. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato pode ser parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades perante o Tribunal de Contas da União.**
- 7. (CESPE / Ministério da Saúde - 2013) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas apresentadas anualmente pelo chefe do Poder Executivo federal.**
- 8. (CESPE / ANS - 2013) Se for comprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que a ANS regulou a jornada de trabalho de seus servidores em discrepância com a lei, esse tribunal poderá determinar que a agência tome as providências necessárias para regularizar essa situação.**
- 9. (CESPE / Serpro - 2010) Na hipótese de irregularidade observada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em contrato administrativo, o ato de sustação deve ser adotado diretamente pelo Congresso Nacional, o qual solicita ao Poder Executivo as medidas cabíveis. Se**

tais medidas não forem efetivadas no prazo de noventa dias, caberá ao TCU decidir a questão.

10. (CESPE / TCDF - 2013) As decisões dos TCs não são imunes à revisão judicial, mas, quando imputarem débito ou multa, constituirão título executivo extrajudicial.

11. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) As empresas públicas federais não estão sujeitas à fiscalização do TCU, pois são pessoas jurídicas de direito privado.

12. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) O TCU, se não for atendido em suas solicitações, poderá sustar a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

13. (CESPE / TCU - 2008) É inconstitucional lei estadual que estabeleça como atribuição do respectivo tribunal de contas o exame prévio de validade de contratos firmados com o Poder Público.

14. (CESPE / TCU - 2008) Compete aos tribunais de contas dos estados o controle de economicidade para verificar se cada órgão procedeu, na aplicação da despesa pública, de modo mais econômico.

15. (CESPE / TCU - 2008) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos da União realizada pelo sistema de controle externo ou interno pode questionar aspectos que envolvam a própria discricionariedade do administrador.

16. (CESPE / TCU - 2008) A independência conferida ao TCU faz com que as suas decisões, emanadas no exercício de sua atividade-fim, não se submetam a qualquer controle posterior.

17. (CESPE / TCU - 2008) Conforme o STF, o TCU, no exercício de suas atribuições, pode apreciar, de forma incidental, a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.

18. (CESPE / TCU - 2008) Para o STF, a independência conferida ao TCU não exclui a competência de fiscalização de suas contas pelo Poder Legislativo.

19. (CESPE / TCU - 2008) Um deputado estadual de Sergipe, insatisfeito com os recursos que o estado vinha recebendo da União, resolveu apresentar um projeto de lei estadual criando um novo imposto, incidente sobre a exploração da atividade de lavra de petróleo nesse estado por empresas privadas e estatais. Na situação em apreço, compete ao TCU fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos a título de royalties pelo estado de Sergipe, já que esses recursos são repassados pela União aos estados.

- 20. (CESPE / TCU - 1998) Compete ao Tribunal de Contas da União (TCU), diretamente, determinar a sustação de contrato administrativo celebrado pelo Poder Executivo, comunicando o ato de sustação ao Congresso Nacional.**
- 21. (CESPE / INSS - 2008) O TCU tem competência para anular e suspender contratos administrativos, assim como para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação desses contratos e, se for o caso, da licitação que os originou.**
- 22. (CESPE / TCU - 1998) Compete ao Congresso Nacional fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital a União participe de forma direta ou indireta.**
- 23. (CESPE / INSS - 2008) Compete ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de nomeação de cargos comissionados nas autarquias federais.**
- 24. (CESPE / TRE-ES - 2011) De acordo com o disposto na CF, compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as nomeações para cargos de provimento em comissão.**
- 25. (CESPE / INSS - 2008) A demora superior a cinco anos para que o TCU aprecie a legalidade da concessão de aposentadoria implica a necessidade de convocação dos interessados, com a abertura do contraditório e da ampla defesa.**
- 26. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) O Tribunal de Contas da União (TCU) poderá realizar – por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito – inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.**



1.	CORRETA
2.	INCORRETA
3.	INCORRETA
4.	CORRETA
5.	CORRETA
6.	CORRETA
7.	INCORRETA
8.	CORRETA
9.	CORRETA
10.	CORRETA
11.	INCORRETA
12.	CORRETA
13.	CORRETA
14.	CORRETA
15.	CORRETA
16.	INCORRETA
17.	CORRETA
18.	CORRETA
19.	INCORRETA
20.	INCORRETA
21.	INCORRETA
22.	INCORRETA
23.	INCORRETA
24.	INCORRETA
25.	CORRETA
26.	CORRETA